



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



Relatório de visitas *



CDH2021

Resumo dos Destaques



Quais os Centros Visitados? Amostra

- Centros de acolhida em todas as zonas de São Paulo, com destaque para região central;
- Centros de tipologia diversa;
- Centros de acolhida de maior porte e menor porte;
- Acolhimentos tradicionais e acolhimentos com maior privacidade e autonomia;
- Fotografia consistente da maior rede socioassistencial do país



Quanto custa?

EQUIPAMENTO	TIPO DE VAGAS	VAGAS	REPASSE MENSAL ³	REPASSE/VAGA ⁴
Emergencial Clube Tietê	230 vagas, sendo 30 vagas fixas (24h) e 30 de pernoite (16h)	230	R\$ 308.254,77	R\$ 1.340,24
Autonomia em Foco I	famílias e pessoas sós com autonomia, quartos individualizados e sem refeição (24h)	150	R\$ 160.018,92	R\$ 1.066,79
CAE Art Palácio	famílias em quartos individualizados (24h)	260	R\$ 379.814,03	R\$ 1.460,82
CTA Lapa	210 vagas, sendo 165 homens e 45 mulheres (24h durante a pandemia)	210	R\$ 299.530,22	R\$ 1.426,33
CA Solidariedade Abecal	150 vagas masculinas, sendo 135 fixas (24h) e 14 de pernoite (16h)	150	R\$ 164.935,30	R\$ 1.099,57
CAE Ermelino Matarazzo	60 vagas para mulheres, com ou sem filhos (24h)	60	R\$ 110.963,49	R\$ 1.849,39
CA Zaki Narchi I	500 vagas masculinas (24h durante a pandemia)	500	R\$ 469.480,21	R\$ 938,96
NPJ Bela Vista	120 vagas de atendimento (não há acolhimento nem refeição)	120	R\$ 29.420,57	R\$ 245,17

* Eixos de análise

1 Estrutura dos espaços visitados

2 Segurança

4 Alimentação

3 Cozinhas e Refeitórios

5 Quartos

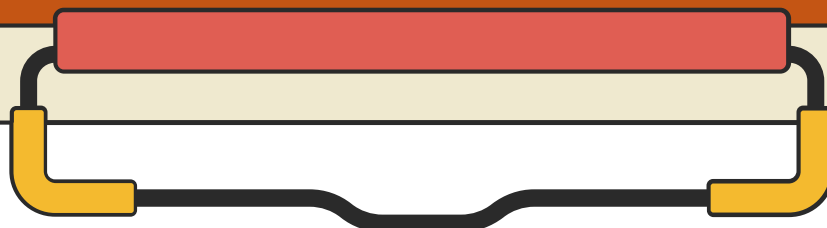
6 Banheiros

7 Kit Higiene

8 Lavanderias

9 Bagageiros

10 Atendimento

- 
- **CA Zaki Narchi: estrutura metálica do teto em ruína**
 - **Falta de abastecimento regular de água. Três centros de acolhimento apresentavam falta de água com recorrência (destaque para CAE ART Palácio)**
 - **Falta de capacidade da rede elétrica para suportar eletrodomésticos**



Estrutura dos * espaços visitados

Todos os espaços visitados apresentaram problemas em sua estrutura física, em maior ou menor grau.



SEGURANÇA

(88,9%) dos espaços visitados apresentavam questões de segurança que poderiam ameaçar a integridade física ou psicológica das pessoas em situação de rua.



Falta de telas de proteção em janelas e risco de quedas fatais

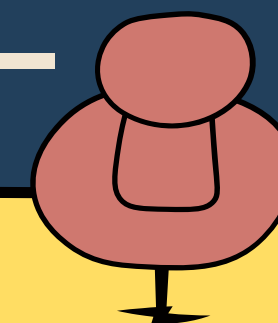
- O caso mais grave foi encontrado no CA Zaki Narchi I. Presença de gás metano no terreno. No momento da visita, o quarto de nº 23 se encontrava fechado e, segundo informações da equipe técnica, o motivo era a presença de um alto índice de gás metano.

- Extintores vencidos e falta de extintores

- Ausência de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) no CTA Lapa

COZINHAS E REFEITÓRIOS *

Mais da metade dos espaços visitados (55,6%) apresentavam problemas nos espaços da Cozinha e Refeitórios →



A CDH encontrou espaços em que as refeições são realizadas em ambientes completamente insalubres. Os casos mais graves envolvendo o espaço da cozinha e refeitório foram encontrados no CTA Lapa e no CTA Zaki Narchi I, onde os refeitórios eram cobertos por estruturas de metal sem forro, possibilitando a entrada de pombos que espalhavam fezes no local.

*ALIMENTAÇÃO

77,8% dos espaços visitados apresentaram algum problema relacionado à alimentação, configurando uma das violações centrais detectadas pela Comissão de Direitos Humanos no âmbito geral do monitoramento realizado.

“

a CDH ouviu relatos de que a quantidade de refeições servidas não supre a necessidade diária e os conviventes acabam procurando doação de marmitas destinadas às pessoas em situação de calçada, como forma de complementação



”

QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO

FOME DENTRO DOS EQUIPAMENTOS

- Falta de lanche da tarde e/ou ceia após o jantar
- Restrição de horário de mamadeiras ou quantidade de leite

- A qualidade da alimentação era inferior em locais que dependiam de fornecimento externo, terceirizado, com a entrega de marmitas prontas.
- Relato de falta de variedade da alimentação e comida servida fria
- Falta de legumes e verduras
- Caso mais grave: CAE Art Palácio

Quartos *

Todos os dormitórios dos Centros de Acolhida visitados apresentavam problemas

- Os quartos mais precários: CTA Lapa, Zaki Narchi I e Emergencial Tietê.
- Presença de percevejos (muquiranas) nos três centros.
- Frequente a ausência de itens básicos como roupas de cama, iluminação, ventiladores e colchões.
- Os colchões, especialmente, foram muito criticados pela qualidade insatisfatória, a espessura fina, o que ocasionava dores aos conviventes.

A Comissão encontrou ambientes insalubres para se dormir em diversos locais de acolhimento, com a presença de mofo, limpeza deficiente, pouca ventilação e, no CA Zaki Narchi I, até fezes de pombo nos colchões.



* BANHEIROS

Todos os equipamentos e locais visitados pela Comissão de Direitos Humanos apresentaram problemas relacionados aos banheiros

- A escassez de banheiros não ocorre apenas para as pessoas em situação de calçada, mas também para pessoas acolhidas.
- No Centro Emergencial Tietê, no CA Solidariedade, no Jabaquara e no Centro Pop Bela Vista a oferta de banheiros não supria a quantidade de pessoas.
- Banheiros insalubres, com mofo, vasos entupidos, soltos, chuveiros quebrados, com falta de acessibilidade para PCDs. Caso mais grave: CTA ZAKI Narchi

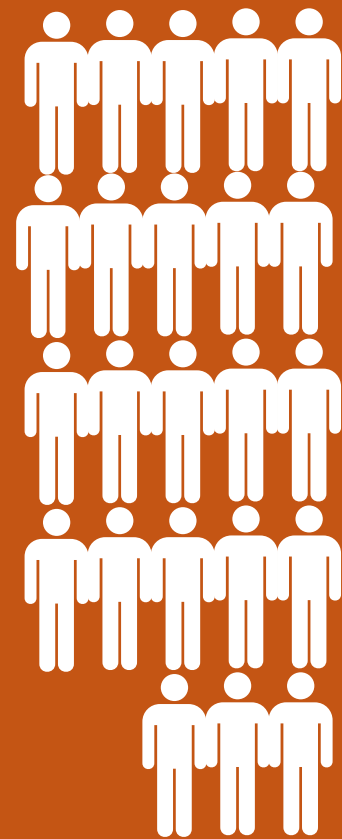


* BANHEIROS

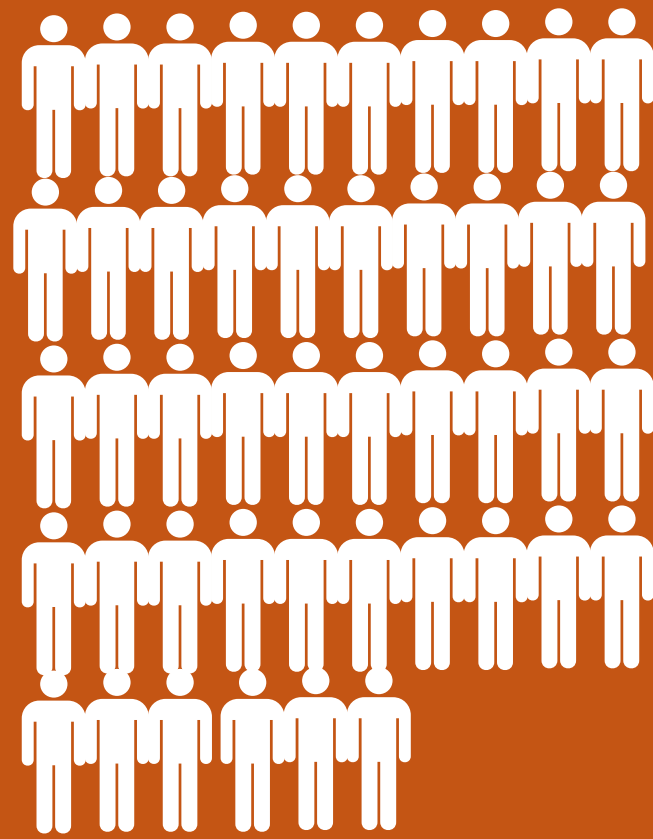
Proporção de banheiros e chuveiros por pessoa

Emergencial Tietê

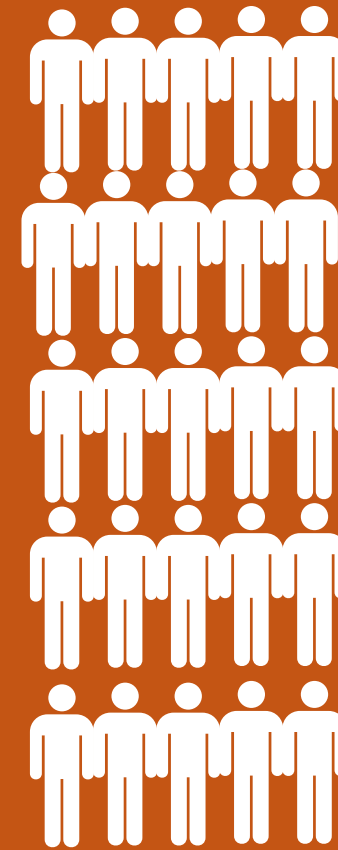
CA Solidariedade



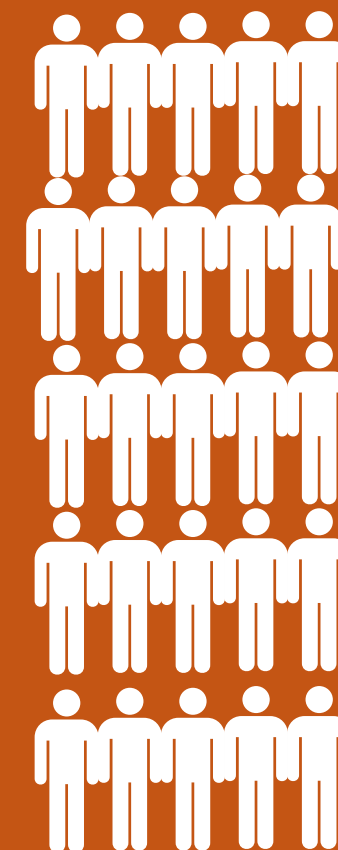
23



46



30



30

ATENDIMENTO*

Foram registradas denúncias sobre o atendimento ofertado em 88,9% dos espaços visitados.

Como exemplo, as conviventes relataram que há advertência para as mães em razão do comportamento (choro excessivo ou bagunça) das crianças.

Trata-se de prática problemática que impõe às mães o controle e vigilância nem sempre possível a crianças que estão em constante interação com outras dentro do contexto institucional, caracterizando verdadeira punição.



• Nos espaços com pessoas em situação de calçada, como a Praça da Sé e a Praça Princesa Isabel, os relatos são de falta de atendimento para cadastro em benefícios, obtenção de documentos e, principalmente, falta de vagas para o acolhimento de famílias.

• Denúncias graves de truculência por parte de funcionários e gestores, ameaças de desligamento, além do estabelecimento de regras arbitrárias que divergem da tipificação dos serviços.

RESPOSTAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS *

Os órgãos hierarquicamente superiores, que integram a administração direta, não emitem posicionamento próprio sobre as denúncias na maioria dos casos (77,8% das respostas), apenas ratificando de forma integral a resposta das OSCs ou Centro Pop.



“

A confirmação acontece até quando as respostas estejam contextualmente incorretas, como no caso do NPJ Bela Vista

”



- Outra tendência preocupante no que diz respeito ao perfil de respostas de SMADS e SAS é o fato de que não há impugnação específica de tais órgãos quando são citados nos processos por problemas sobre os quais têm responsabilidade direta.

Muitos centros de acolhida que solicitaram fornecimento de itens via almoxarifado da SMADS não foram atendidos. A falta de itens no almoxarifado não foi endereçada pela SMADS em nenhum dos processos analisados.

RESPOSTAS DOS ÓRGÃOS* PUBLICOS

Sobre Alimentação: OSCs informaram dificuldades financeiras pelo aumento do custo dos alimentos em geral e a falta do reajuste da verba pela Prefeitura. Apesar disso, não houve manifestação de SMADS e SAS sobre a matéria.



A questão mais grave em termos de respostas diz respeito aos centros de acolhida que possuem questões estruturais complexas.

- Nos três casos analisados pela Comissão de Direitos Humanos (CA Zaki Narchi I, CTA Lapa. e CAE Art Palácio), as Supervisões de Assistência ou as gestoras de parceria admitiram que não seria possível solucionar os problemas estruturais, com necessidade de realocação do equipamento e de todos os seus conviventes.

NENHUM dos processos analisados estabelece um prazo razoável ou cronograma para realocação dos serviços
Não há garantias de territorialidade do acolhimento ou das políticas intersetoriais



RESPOSTAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

- Padrão de respostas das OSCs, responsáveis por gerir os serviços diretamente: na maioria dos casos há uma tendência de negar irregularidades. Em alguns equipamentos pontuais, há postura de culpabilização das pessoas acolhidas.
- Influencia na forma como as irregularidades são endereçadas, além de contribuir para uma baixa resolutividade dos problemas.
- Somente em dois locais visitados pela Comissão, o CAE Ermelino Matarazzo e o CA Solidariedade Abecal (28% da amostra), há alta resolutividade dos problemas reportados.



Ao jogar comida no chão, o usuário atraiu os pombos para perto de si.



Foto do momento em que um usuário jogou comida no chão, mesmo ciente das orientações para que não o fizesse.

Como exemplo, no CTA Lapa, a OSC junta em processo a foto de um convivente se alimentando, com restos de comida ao seu lado no chão, na tentativa de justificar a presença de pombos no refeitório.

RESPOSTAS DOS ÓRGÃOS * PÚBLICOS

- A Defensoria Pública do Estado de São Paulo deixou de informar oficialmente à Comissão sobre os encaminhamentos realizados em todos os casos reportados.
- Falta de atendimento das demandas de tutela coletiva.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo, por sua vez, não esteve presente nas visitas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos. Em apenas um caso há notícia de abertura de procedimento de apuração preliminar.

SISTEMA DE JUSTIÇA

O que se pode concluir é que seria vital a elaboração de um fluxo de informações entre as instituições de justiça e a Comissão de Direitos Humanos, de forma a possibilitar uma atuação conjunta na fiscalização do sistema de acolhimento, de forma mais eficiente.



RESPOSTAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS



- Existência de um GT de denúncias no COMAS, ao contrário do Comitê PopRua
- Pedido do COMAS, no processo do CTA Lapa, para que houvesse visita da Coordenadoria de Engenharia e Manutenção de SMADS,.
- Com relação ao Comitê PopRua, foi importante o envio do Centro de Defesa de Direitos da População em Situação de Rua, equipamento itinerante, para a Praça Princesa Isabel.

CONSELHOS PARTICIPATIVOS

Tá uma deficiência dos dois conselhos em comunicar os encaminhamentos realizados, sendo que a Comissão de Direitos Humanos não recebeu informações ou devolutivas sobre a maior parte das denúncias realizadas. Cabe ressaltar que seria importante o estabelecimento de um fluxo conjunto do GT denúncia do COMAS e do Comitê PopRua no caso de recebimento de denúncias relativas à serviços para a população em situação de rua



RECOMENDAÇÕES*

TIPOLOGIA E ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

ATENDIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE CALÇADA

- Abertura de banheiros públicos e de lavanderias públicas de forma permanente;
- Criação de bagageiros;
- Melhoria e informatização do serviço de abordagem social.

- Substituição do CA Zaki I, CTA Lapa e CAE Art Palácio por espaços adequados;
- Substituição dos serviços que funcionam em galpões para edifícios estruturados;
- Aumento dos serviços de acolhimento para famílias e serviços do tipo porta de saída como Autonomia em Foco e Repúblicas;
- Diminuição da quantidade de conviventes por equipamento;
- Na abertura de novos serviços, não utilizar estruturas do tipo galpão e dividir ao máximo a quantidade de leitos por quarto.

RECOMENDAÇÕES*

ATENDIMENTO

RECURSOS HUMANOS

- Aumento do número de assistentes sociais nos serviços;
- Aumento do número de funcionários operacionais no período noturno;
- Criação de novos cargos de servidores de gestão de parceria e limitação da quantidade de parcerias por supervisor, garantindo um melhor acompanhamento e monitoramento dos serviços parceiros;
- Capacitação continuada de todos os trabalhadores da rede direta e indireta da SMADS.

- Proibição de restrição a pessoas nos serviços e transferências ou desligamentos apenas com justificativa em concordância com a supervisão de parcerias;
- Proibição de tempo máximo de permanência nos serviços;
- Eliminação de regras que contradizem a tipificação do equipamento;
- Garantia de atendimento de poprua por servidores da rede direta e não somente OSC.

RECOMENDAÇÕES*

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPRUA

ALIMENTAÇÃO/REFEITÓRIO

- Melhoria na qualidade e quantidade da alimentação ofertada;
- reajuste dos repasses para contemplar a inflação nos custos dos alimentos;
- Prioridade de edifícios em que seja possível produzir a alimentação no próprio local;
- Oferta de 5 (cinco) refeições diárias em CAEs e 4 (quatro) refeições diárias nos demais;
- Instalação de bebedouros nos serviços;
- Acompanhamento de profissionais de nutrição em todos os equipamentos que ofertam alimentação;
- Número de mesas e cadeiras dos refeitórios compatível com o número de conviventes do serviço.

- Elaboração de um fluxo de informações entre as instituições de justiça e a Comissão de Direitos Humanos;
- Estabelecimento de um fluxo conjunto do GT denúncia do COMAS e do Comitê PopRua;
- Criação de protocolo na Defensoria Pública Estadual (DPE) de comunicação sobre eventuais medidas judiciais e extrajudiciais realizadas a partir das denúncias;
- Criação de fluxo interno na DPE para encaminhamento de questões de tutela coletiva para população em situação de rua;

RECOMENDAÇÕES*

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPRUA

- Regulamentação da Lei nº 17.252/2019 (Lei PopRua);
- Regulamentação do Decreto nº 59.252/2020 - cota mínima de 2% para poprua nos contratos da Prefeitura;
- Criação de empreendimentos habitacionais voltados a poprua, inclusive para pessoas sem renda;
- Criação de políticas de capacitação profissional e de geração de emprego e renda, incluindo Economia Solidária;
- Criação de uma política de transferência de renda universal e incondicional (Renda Básica de Cidadania) para todos os munícipes de São Paulo, iniciando com a população em situação de rua.